

Especial

O mercado
das "usinas
de baterias"

PÁGINA 5

IBC-Br

Atividade
econômica
cai 0,2% em
setembro

A atividade econômica brasileira apresentou queda no mês de setembro deste ano, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) diminuiu 0,2% em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). No terceiro trimestre, de julho a setembro, a redução chegou a 0,9%. Já na comparação com setembro de 2024, houve variação positiva de 4,9%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 14,2% e, em 12 meses, registrou alta de 13,5%. **PÁGINA 2**

SAÚDE

Inca: 1º centro
de treinamento
em cirurgia
robótica do SUS

O primeiro centro de formação em cirurgia robótica do Sistema Único de Saúde foi inaugurado ontem pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), no Rio de Janeiro. A expectativa é formar 14 novos profissionais por ano, com dupla titulação em sua área médica e em cirurgia robótica, além de impulsionar novas pesquisas. As cirurgias robóticas são minimamente invasivas e permitem ao cirurgião realizar movimentos com maior precisão e ampliar, em até dez vezes, o seu campo visual. Por isso, reduzem o risco de complicações, a dor e o tempo de recuperação dos pacientes. Desde 2012, o INCA realiza cirurgias robóticas de forma pioneira no SUS, com mais de 2 mil procedimentos realizados. **PÁGINA 8**

LITORAL FLUMINENSE

Petrobras acha nova reserva de
petróleo na Bacia de Campos

A Petrobras descobriu um reservatório de petróleo na Bacia de Campos, litoral do Rio de Janeiro. As primeiras avaliações da companhia apontam que o petróleo encontrado é de "excelente qualidade". O anúncio da descoberta foi feito ontem, por meio de um comunicado a investidores. O poço exploratório 4-BRSA-1403D-RJS fica em área de pós-sal no bloco Sudoeste de Tartaruga Verde, localizado a

108 quilômetros da costa na cidade de Campos dos Goitacazes, em profundidade d'água de 734 metros. "A perfuração desse poço já foi concluída, tendo intervalo portador de petróleo sido constatado através de perfis elétricos, indícios de gás e amostragem de fluido", explica a petroleira no comunicado. A empresa acrescenta que amostras do material seguirão para análises laboratoriais. **PÁGINA 2**

180 DIAS



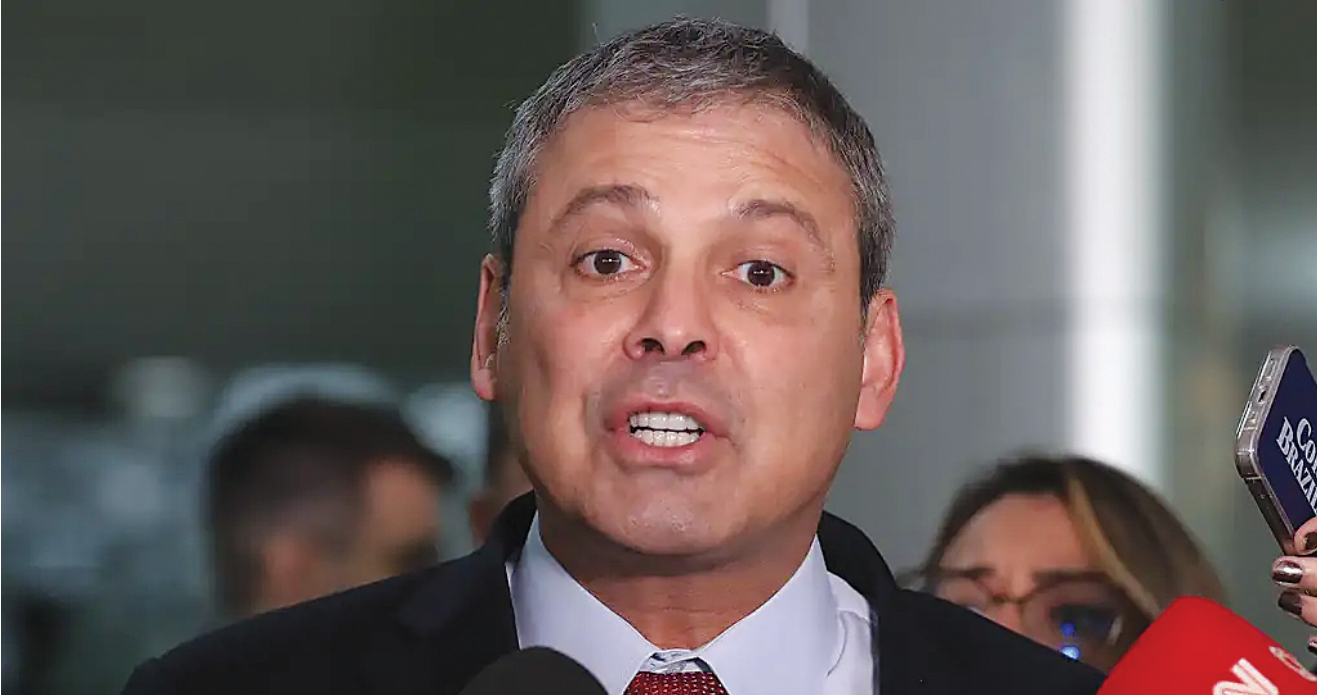
JOSE CRUZ/ABRASIL

CPMI pede
suspensão da
cobrança de
consignado

O presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (**foto**), quer que se avalie a suspensão por seis meses da cobrança em operações de empréstimo consignado do INSS. O senador disse ontem, que vai encaminhar aos órgãos competentes, como o Banco Central, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o INSS, todas as informações preliminares que a CPMI já identificou sobre irregularidades. "Aposentado pagando por empréstimo que não fez. Conta aberta sem autorização. Adiantamento compulsório. Renda destruída. Por isso recomendo que seja avaliada a suspensão temporária de 180 dias nos consignados. **PÁGINA 6**

PL ANTIFACÇÃO

Governistas montam estratégia para
derrotar destaque sobre terrorismo



LULA MARQUES/ABRASIL

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), (**foto**) afirmou que haverá uma "articulação ampla" e uma "estratégia" contra a intenção da bancada do Partido Liberal de apresentar um destaque ao "PL Antifacção" que retome a inclusão das facções criminosas na Lei Antiterrorismo. As declarações ocorreram ontem, em coletiva de imprensa na Câmara dos Deputados. "Quanto ao terrorismo, a gente quer fazer uma articulação ampla para derrotar esse destaque", declarou Lindbergh. "Eu acho que a gente tem votos para derrotar esse tema do terrorismo. Vamos lutar para isso." **PÁGINA 7**

SIMPLICIDADE

Governo publica
lei que torna
comunicação
pública mais clara

Começa a vigorar ontem a Política Nacional de Linguagem Simples. A Lei nº 15.263/2025 determina que a comunicação de poderes da União, voltados à população, seja feita de forma "clara, direta e acessível", de forma a fortalecer o direito à informação e à participação social. Pela proposta, os órgãos da administração pública direta e indireta deverão adotar, nas suas comunicações, procedimentos para a transmissão objetiva de informações, com técnicas de linguagem simples na redação de textos dirigidos, de modo que as palavras, a estrutura e o leiaute (layout) da mensagem permitam ao cidadão facilmente encontrar a informação, compreendê-la e usá-la. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA -0,64% / 156.724,84 / -1.013,85 / Volume: 26.761.535.840 / Negócios: 3.853.198											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			
PETR4	32,88	+0,55	+0,18	REAG3	1,650	+51,38	+0,560	OIBR3	0,10	-50,00	-0,10
GOLL54	5,30	-0,38	-0,02	BRKM6	7,35	+20,10	+1,23	PDGR3	1,12	-44,00	-0,88
ITUB4	40,30	-0,74	-0,30	ONCO3	2,070	+18,97	+0,330	ALLD3	7,610	-23,36	-2,320
B3SA3	14,16	-1,94	-0,28	CTSA3	2,83	+13,65	+0,34	NORD3	4,13	-19,81	-1,02
OIBR3	0,10	-50,00	-0,10	GSHP3	3,09	+10,36	+0,29	SEER3	8,57	-16,96	-1,75
									Dow Jones	46.590,24	-1,18
									S&P 500	6.672,41	-0,92
									NASDAQ Composite	22.708,074	-0,84
									Nasdaq 100	24.799,917	-0,83
									Euronext 100	1.711,52	-0,55
									CAC 40	8.119,02	-0,63
									Salário mínimo	R\$ 1.412,00	
									Ufir-RJ	R\$ 4,5373	
									Taxa Selic	15%	
									(05/11)		
									TR	0,1721%	
									(18/11)		
									Poupança	0,6730%	
									(18/11)		
									IGP-M	-0,36% (out.)	
									IPCA	0,09% (out.)	
									CDI	14,90%	
									(05/11)		
									OURO		
									BM&F/grama/RJ	R\$ 714,01	
									EURO Comercial		
									Compra: 6,1749	Venda: 6,1755	
									EURO turismo		
									Compra: 6,2385	Venda: 6,4185	
									DÓLAR Ptax - BC		
									Compra: 5,3108	+0,29%	
									DÓLAR comercial		
									Compra: 5,3308	Venda: 5,3314	
									DÓLAR turismo		
									Compra: 5,3399	Venda: 5,5199	

MERCADOS



Bolsa inicia semana com recuo de 0,47%, aos 156 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em sessão com poucos catalisadores domésticos para os negócios, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se manteve colado à estabilidade na maior parte do dia, em torno de 157,5 mil pontos, sem força para buscar os 158 mil pontos tampouco inclinado, a princípio, a uma realização de lucros substantiva após a recente série de recordes.

Ao fim, acentuando as perdas em linha com piora em Nova York, no câmbio e na curva do DI, o índice da B3 marcava 156.992,93 pontos, em baixa de 0,47%, com enfraquecimento nos carros-chefes Vale (ON -0,46%) e, em menor medida, de Petrobras (ON +0,26%, PN +0,55%), que mais cedo contribuíam para mantê-lo perto da estabilidade. Acabou por prevalecer o sinal do setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa (Índice Bovespa), com perdas entre 0,64% (Itaú PN) e 1,18% (Bradesco PN), à exceção de Banco do Brasil ON, que virou perto do fechamento e subiu 0,36%. Em Nova York, as retrações, hoje, foram de 1,27% (Dow Jones), 1,07% (S&P 500) e 1,06% (Nasdaq).

No mês, o Ibovespa ainda acumula ganho de 4,98%, que coloca o avanço do ano a 30,52%. Ontem, o índice oscilou entre mínima de 156.567,61 e máxima de 157.900,51, saindo de abertura

aos 157 741,73 pontos. O giro financeiro foi a R\$ 26,8 bilhões na sessão, em que prevaleceu a cautela dos investidores - em começo de semana que reserva dados, atrasados pelo shutdown, sobre o mercado de trabalho nos Estados Unidos referentes ainda a setembro, na quinta-feira, quando a B3 estará fechada em razão do feriado pelo Dia da Consciência Negra.

Na ponta ganhadora do Ibovespa ontem, MBRF (+4,92%), CVC (+3,31%) e As-saí (+2,63%). No lado oposto, Rumo (-9,08%) após a empresa reportar queda de 39,2% no lucro líquido do terceiro trimestre (não ajustado), à frente na sessão de Vamos (-6,67%) e de Magazine Luiza (-4,8%).

Entre as blue chips, Vale e Petrobras, no campo positivo até quase o fim da tarde, eram essenciais para que o Ibovespa evitasse uma correção maior nesta abertura de semana, em função dos números bem recebidos pelo mercado apresentadas por ambas as empresas recentemente, aponta Felipe Cima, analista da Manchester Investments.

Em dia levemente negativo para os preços do Brent e do WTI em Londres e Nova York, as ações de Petrobras contam também, na sessão, com o anúncio, pela estatal, da descoberta de petróleo no pós-sal da Bacia de Campos, o que ajudou a segurar o Ibovespa, mais cedo, ontem.

Dólar vai a R\$ 5,33 com aversão global ao risco

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar apresentou alta firme nesta abertura da semana e voltou a fechar acima de R\$ 5,30 pela primeira vez após quatro sessões. O dia foi marcado por aversão ao risco no exterior, com tombo das bolsas em Nova York, em meio a preocupações com uma eventual bolha em ações de big techs, e valorização global da

moeda americana.

Com máxima a R\$ 5,333 na reta final dos negócios, em sintonia com a piora do ambiente externo, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,64%, a R\$ 5,331 - maior valor de fechamento em 10 dias. A moeda acumula queda de 0,92% em novembro, após ter subido 1,08% em outubro. No ano, as perdas são de 13,74%.

CBIC

Lançamentos de imóveis crescem 1,6% e vendas caem 6,5% no 3º trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

O mercado imobiliário nacional teve mais lançamentos do que vendas ao longo do terceiro trimestre, com aumento do estoque. Os lançamentos de imóveis residenciais no País cresceram 1,6% na comparação entre o terceiro trimestre de 2025 e o mesmo intervalo de 2024, totalizando 108,8 mil unidades. Em igual intervalo, as vendas caíram 6,5%, ficando em 101,3 mil unidades. Já o preço médio dos imóveis comercializados foi 4,4% maior na comparação anual.

Os dados fazem parte da pesquisa divulgada ontem, pe-

la Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) em parceria com a consultoria Brain Inteligência Estratégica.

Os números cobrem 221 cidades e abrangem apenas apartamentos - não são consideradas casas nem loteamentos.

Com mais lançamentos do que vendas, o estoque de imóveis disponível para vendas aumentou 3,3% na comparação anual, chegando a 312,5 mil unidades na planta, em obras ou recém-construídas. Considerando a média de vendas dos últimos 12 meses, esse estoque seria totalmente escoado em nove meses se não houve mais nenhum lançamento.

BACIA DE CAMPOS

Petrobras descobre novo reservatório de petróleo

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras descobriu um reservatório de petróleo na Bacia de Campos, litoral do Rio de Janeiro. As primeiras avaliações da companhia apontam que o petróleo encontrado é de “excelente qualidade”.

O anúncio da descoberta foi feito ontem, por meio de um comunicado a investidores.

O poço exploratório 4-BRSA-1403D-RJS fica em área de pós-sal no bloco Sudoeste de Tartaruga Verde, localizado a 108 quilômetros da costa na cidade de

Campos dos Goitacazes, em profundidade d’água de 734 metros.

“A perfuração desse poço já foi concluída, tendo intervalo portador de petróleo sido constatado através de perfis elétricos, indícios de gás e amostragem de fluido”, explica a petroleira no comunicado.

A empresa acrescenta que amostras do material seguirão para análises laboratoriais, que permitirão caracterizar as condições dos reservatórios e fluidos encontrados, possibilitando a continuidade da avaliação do potencial da área.

O bloco Sudoeste de Tartaru-

ga Verde foi adquirido em setembro de 2018, na 5ª Rodada de Partilha de Produção, tendo a estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) como gestora. A Petrobras é a operadora do bloco com 100% de participação.

PÓS-SAL X PRÉ-SAL

Diferentemente do pré-sal, origem de cerca de 80% de todo o petróleo produzido no país, os reservatórios no pós-sal recebem esse nome porque o petróleo encontrado se encontra sob o leito marinho, antes da camada de sal, ou seja, em profundidades menores em relação ao pré-sal.

BACIA DE CAMPOS

Conforme explica a PPSA, a Bacia de Campos foi a primeira descoberta, com grande potencial de exploração e com o desafio de alcançar águas profundas. A formação aconteceu há 100 milhões de anos, a partir do processo de separação dos continentes sul-americano e africano, tornando-se um tipo de “aterro natural” formado por sedimentos liberados no Oceano Atlântico ao longo desse tempo.

A área abrange cerca de 100 mil quilômetros quadrados, estendendo-se do Espírito Santo, próximo Vitória, até Arraial do Cabo, litoral norte do Rio de Janeiro.

IBC-Br

Atividade econômica brasileira tem queda de 0,2% em setembro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A atividade econômica brasileira apresentou queda no mês de setembro deste ano, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) diminuiu 0,2% em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). No terceiro trimestre, de julho a setembro, a redução chegou a 0,9%.

Já na comparação com setembro de 2024, houve variação positiva de 4,9%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 14,2% e, em 12 meses, registrou alta de 13,5%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em

15% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia - indústria, comércio e serviços e agropecuária -, além do volume de impostos.

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

A redução na conta de luz puxou a inflação oficial para baixo e fez o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação ofi-

cial - fechar outubro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,68%, a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. No entanto, ainda acima do teto da meta de inflação, de 4,5%.

O recuo da inflação e a desaceleração da economia levaram à manutenção da Selic pela terceira vez seguida, na última reunião, no início deste mês. No entanto, o colegiado não descarta a possibilidade de voltar a elevar os juros “caso julgue apropriado”. A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

Em nota, o BC informou que o ambiente externo se mantém incerto por causa da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais. Já no Brasil, a autarquia destacou que a inflação continua acima

da meta, apesar da desaceleração da atividade econômica, o que indica que os juros continuarão alto por bastante tempo.

PIB

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo IBGE. Segundo o BC, o índice “contribui para a elaboração de estratégia da política monetária” do país, mas “não é exatamente uma prévia do PIB.”

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Puxada pelas expansões dos serviços e da indústria, no segundo trimestre deste ano, a economia brasileira cresceu 0,4%.

Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

BC/Focus

Mercado reduz previsão da inflação para 4,46%, abaixo do teto da meta

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Após a divulgação da inflação de outubro, a menor para o mês em quase 30 anos, a previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 4,55% para 4,46% este ano. Com isso, a estimativa alcançou o intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo Banco Central (BC).

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A estimativa está no boletim Focus desta segunda-feira (17), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), em Brasília, com a expectativa de instituições financeiras para os prin-

cipais indicadores econômicos. Para 2026, a projeção da inflação permaneceu em 4,2%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

A redução na conta de luz puxou a inflação oficial para baixo e fez o IPCA fechar outubro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Em setembro, o índice havia marcado 0,48%. Em outubro de 2024, a variação havia sido de 0,56%.

Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,68%, a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. No entanto, ainda acima do teto da meta do CMN.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em

15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O recuo da inflação e a desaceleração da economia levaram à manutenção da Selic pela terceira vez seguida, na última reunião, no início deste mês. No entanto, o colegiado não descarta a possibilidade de voltar a elevar os juros “caso julgue apropriado”.

Em nota, o BC informou que o ambiente externo se mantém incerto por causa da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais.

Já no Brasil, a autarquia destacou que a inflação continua acima da meta, apesar da desaceleração da atividade econômica, o que indica que os juros continuarão alto por bastante tempo.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica encerre 2025 nesses 15% ao ano. Para o fim de 2026, a expectativa é

que a Selic caia para 12,25% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Diário do

Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem superávit de US\$ 484,1 milhões na 2ª semana de novembro

FLÁVIA SAID/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 484,1 milhões na segunda semana de novembro. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados nesta segunda-feira, 17, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 6,504 bilhões e importações de US\$ 6,020 bilhões.

No ano, de janeiro a novembro de 2025, o superávit soma um total de US\$ 54,676 bilhões, resultado de US\$ 304,048 bilhões em exportações e US\$ 249,372 bilhões em importa-

ções. No mesmo período do ano passado, o superávit acumulado estava em US\$ 69,540 bilhões.

Até a segunda semana de novembro, comparado ao mesmo período de novembro de 2024, as exportações caíram 2,3% e somaram US\$ 14,318 bilhões. O desempenho dos setores foi o seguinte: crescimento de 34,3% em Agropecuária, que somou US\$ 3,172 bilhões; queda de 27,4% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 2,895 bilhões e, por fim, queda de 0,5% em In-

dústria de Transformação, que alcançou US\$ 8,170 bilhões.

Já as importações cresceram 8,3% nas duas primeiras semanas de novembro e totalizaram US\$ 12,036 bilhões na mesma comparação, com alta de 0,4% em Agropecuária, que somou US\$ 223 milhões; crescimento de 6,9% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 663 milhões e, por fim, crescimento de 8,7% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 11,073 bilhões.

MAESTRA SPE7 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA SCP
CNPJ: 24.765.733/0001-85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ENTRE SÓCIOS DE SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO
O sócio e administrador da Sociedade em Conta de Participação denominada MAESTRA SPE7 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA SCP, no uso de suas atribuições, convoca todos os sócios para Assembleia Entre Sócios de Sociedade em Conta de Participação a realizar-se no próximo dia 25 do mês de novembro de 2025, na Rua das Acácias, número 44, sala 101, Gávea, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22.451-060, iniciando-se os trabalhos às 10:00 horas, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: 1) Liquidação das quotas da Sociedade; e 2) Encerramento das atividades e extinção da Sociedade. Rio de Janeiro/RJ, 18 de novembro de 2025.
AUGUSTO BRITTO
Presidente da Sessão


Tels.: (21) **99122-4278**

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta
Editais de Convocação Assembleia Geral Extraordinária: Ficam os acionistas da MRS Logística S.A. (“Companhia”) convocados, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”), a realizar-se no dia 08 de dezembro de 2025, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma “Microsoft Teams”, nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 81/2022”), a fim de deliberar acerca das seguintes matérias:
Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: I. Eleger 2 (dois) membros para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição aos ex-Conselheiros que renunciaram aos seus cargos, para exercer o cargo até o final do mandato dos membros substituídos; II. Deliberar sobre a Proposta de alteração do objeto social da Companhia para melhor adequação das atividades existentes e inclusão de novas atividades, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; e III. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a proposta do item (ii) acima.
Instruções Gerais: A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede à Praia de Botafogo, nº 228 – sala 707 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.mrs.com.br/), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade (cópia autenticada). b) **Pessoa Jurídica:** Cópia autenticada do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores ou procuração, neste caso, observado o disposto no item “c” abaixo); documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) (cópia autenticada). c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por seus representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens “a” ou “b” acima, conforme aplicável, deverá apresentar instrumento de mandato com poderes especiais e firma reconhecida e documento de identidade do procurador (cópia autenticada). d) **Acionistas estrangeiros:** os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens “a” ou “b” acima, conforme aplicável, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem, ou apostilados, conforme aplicável, e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 04 de dezembro de 2025 (inclusive), do boletim de voto à distância (“Boletim”), disponibilizado nesta data, 14 de novembro de 2025. O acionista poderá enviar o Boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escritório das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A.; 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 4) o depositário central no qual as ações estão depositadas. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do Boletim podem ser verificados no próprio Boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 06 de dezembro de 2025, isto é - 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, por meio do endereço eletrônico age@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o *link* que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. Tendo em vista a Resolução CVM nº 81/2022 e a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo necessário para que seja adotado o processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. A faculdade deve ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até às 11:00 horas do dia 06 de dezembro de 2025, horário de Brasília, conforme o §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a escolha do formato para a realização da Assembleia considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de modelos eficientes e aderentes às expectativas dos seus acionistas. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://ri.mrs.com.br/ Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2025. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração.

CARMO ENERGY S.A.										CNPJ: 41.955.491/0001-01		
Balanço patrimonial Em 31/12/2024 e 2023 (em mR\$, exceto quando indicado de outra forma)										Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2024 e 2023 (em mR\$, exceto quando indicado de outra forma)		
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	2024	2023	
Circulante				Circulante				Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Caixa e equivalentes de caixa	5	814.984	26.490	Fornecedores	17	975.015	528.156	Resultado antes dos tributos		495.451	(39.726)	
Contas a receber	6	410	525	Partes relacionadas	11	4.074	336.840	Ajustes de				
Estoque	7	542.672	485.015	Arrendamentos a pagar		199	174	Depreciação e amortização	15	148.367	93.900	
Despesas antecipadas	8	21.567	28.434	Obrigações sociais e trabalhistas		11.575	9.465	Amortização do ativo de direito de uso		216	223	
Tributos a recuperar		-	15.925	Tributos a recolher	19	32.808	17.676	Variações cambiais sobre partes relacionadas		-	(178.793)	
Ativo indenizatório de descomissionamento	10	94.882	69.183	Valores a pagar por aquisição		-	1.438.026	Variações cambiais sobre passivo de aquisição		-	(106.092)	
Adiantamentos a Fornecedores	9	103.018	64.304	Descomissionamento de poços secos	10	33.462	30.205	Juros de passivo de arrendamento		68	91	
Adiantamentos diversos		7.676	2.357	Passivos financeiros derivativos	12	62.096	20.885	Juros auferidos s/ partes relacionadas	11	472.901	246.286	
Partes Relacionadas	11	27.980	21.694	Dividendos a Pagar		-	-	Juros AVP ativo indenizatório	10	(12.416)	(5.408)	
Instrumentos Financeiros	12	56.105	18.383	Outros Passivos		19.471	3.203	Atualização Ativo Indenizatório	10	(12.601)	-	
Outros ativos		-	25			1.138.701	2.384.630	Juros sobre passivo de aquisição	24	-	109.249	
		1.669.294	732.335	Não circulante				AVP do ARO	20	(30.820)	27.600	
Não circulante				Partes relacionadas	11	5.927.976	2.619.935	AVP do Descomissionamento de Poços Secos	10	(6.790)	-	
Realizável a longo prazo				Arrendamentos a pagar		188	387	Atualização Monetária		(43.851)	5.112	
Despesas Antecipadas	8	9.152	26.307	Provisão para desmantelamento de áreas	20	533.474	498.763	Variação Cambial			-	
Instrumentos Financeiros	12	58.911	34.226	Descomissionamento de poços secos	10	77.538	74.572	Descomissionamento Poços Secos	10	(16.226)	-	
Depósitos Judiciais		341	231	Impostos Diferidos	14	39.105	101.501	Variação Cambial ARO	20	(73.652)	-	
Reembolso a receber	13	381.468	-	Passivos financeiros derivativos	12	9.132	35.590	Receita de Reembolso a Receber		(377.439)	-	
Ativo indenizatório de descomissionamento	10	85.465	56.910			6.587.413	3.330.748	Reembolso de Juros a Receber		(142.726)	-	
Adiantamentos diversos		6.342	11.506	Total do passivo						400.482	152.444	
Partes Relacionadas	11	227.559	65.081	Patrimônio líquido								
Tributos diferidos	14	462.216	187.135	Capital social	21	4.381.245	2.058.216	Contas a receber	6	265	(550)	
		1.231.454	381.396	Reserva Legal		-	-	Estoques	7	77.691	(210.523)	
Direito de uso		396	479	Lucros/Prejuízos acumulados		819.976	(23.089)	Adiantamento a fornecedores	9	(20.772)	(58.975)	
Imobilizado	15	9.812.120	6.612.946	Outros Resultados Abrangentes		(10.869)	-	Adiantamento diversos		3.717	(11.008)	
Intangível	16	31.207	20.797	Outras Reservas		-	(2.552)	Depósitos judiciais		(44)	(231)	
		11.075.177	7.015.618	Ajustes acumulados de Conversão		(171.996)	-	Contas a receber de partes relacionadas	11	(1.824)	21.694	
Total do ativo		12.744.471	7.747.953			5.018.357	2.032.575	Impostos recuperáveis		20.366	(15.639)	
				Total do passivo e Patrimônio Líquido		12.744.471	7.747.953	Despesas antecipadas	8	39.297	(16.256)	
								Outros Ativos		31	-	
								Outros Passivos		15.377	-	
								Fornecedores	14	299.472	339.972	
								Arrendamentos		(82)	(301)	
								Salários e encargos sociais		(531)	1.401	
								Impostos e contribuições a pagar	19	10.199	15.455	
								Contas a pagar de partes relacionadas	11	1.677.264	127.195	
								Recebimento Ativo Indenizatório	10	5.410	3.203	
								Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.526.318	347.881	
								Fluxos de caixa das atividades de Investimento				
								Aquisição de ativo imobilizado e direito de uso	15	(1.502.939)	(513.897)	
								Pagamento por aquisição do Polo Carmópolis		(1.438.026)	-	
								Aquisição de ativo intangível	16	(3.817)	(6.634)	
								Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(2.944.782)	(520.531)	
								Fluxos de caixa das atividades de Financiamento				
								Aumento de capital	21	1.599.450	72.315	
										1.599.450	72.315	
										(392.492)	-	
								Ajustes acumulados de Conversão				
								Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		788.494	(100.335)	
								Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		26.490	126.825	
								Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		814.984	26.490	
								Variação de caixa no exercício		788.494	(100.335)	
								Agreement- "SPA"). Os ativos foram entregues a Carmo Energy em condições deterioradas, o que comprometeu sua viabilidade para produção e violou os parâmetros de entrega estabelecidos no SPA, resultando em gastos inesperados para a Carmo Energy. Os saldos referentes aos ativos envolvidos nesse reembolso estão apresentados na nota explicativa 13 – Reembolso a receber. Aumento do Capital Social: Ao longo de 2024, a Cia. realizou alguns aumentos em seu Capital Social, no montante total de R\$ 1.599.450 (um bilhão, quinhentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta), equivalentes a US\$ 282.394, integralizados pela SEN (Sergipe Energy), com ajuste de conversão de R\$ 723.579, conforme demonstrado na nota explicativa 21 – Patrimônio Líquido. O aumento de capital da SEN (Sergipe Energy) foi realizado por meio de três integralizações. A primeira transação ocorreu em janeiro de 2024, totalizando US\$ 104.394, o que corresponde a R\$ 509.979, conforme a conversão do final do exercício de 2023. As segunda e terceira integralizações foram realizadas em dezembro de 2024. A segunda transação totalizou US\$ 90.000, resultando em R\$ 543.870, também com base na conversão do final do exercício de 2023. Por fim, a terceira integralização foi de US\$ 88.000, equivalente a R\$ 545.600, seguindo a mesma conversão, vide nota explicativa 21 – Patrimônio Líquido. O aumento de capital social foi impactado pelos ajustes de conversão cambial que se trata da diferença entre as taxas do fim do fechamento de 2023 e 2024 que totalizou R\$ 149.219, vide nota explicativa 21 – Patrimônio Líquido. Moeda funcional e Moeda de apresentação: Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cia. atua (a "moeda funcional"). A moeda funcional da Cia. é o dólar americano (US\$). A escolha da moeda funcional foi baseada nos fatores descritos abaixo: • A moeda que influencia os preços de venda dos bens e serviços; • A moeda do país cujas forças competitivas e regulamentações são decisivas na determinação dos preços de venda dos bens e serviços; • A moeda que impacta diretamente os custos de mão de obra, material e outros custos de produção, ou seja, a moeda de custos; • A moeda em que são gerados os fluxos de caixa das atividades operacionais da Cia.. A Administração da Cia. monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada. Com o aumento gradativo de representatividade das operações em dólar, o monitoramento indicou que o dólar norte-americano é a moeda mais significativa nas transações, eventos e condições subjacentes e com isso, a Cia. alterou sua moeda funcional a partir de 01/01/2024, data em que o dólar foi definido como moeda funcional da Cia.. A taxa de conversão foi de R\$ 4,8413, e a conversão foi efetuada de maneira prospectiva, conforme item 35 do CPC 02 (R2)–Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de DFs, não havendo assim necessidade de abertura de valores históricos anteriores aos da data da definição da moeda funcional. Os montantes resultantes da conversão, no caso dos itens não monetários, foram tratados como se fossem seus custos históricos. Transações envolvendo ativos e passivos monetários, em moedas distintas da funcional, são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de liquidação ou pela taxa vigente ao final do período de apresentação. A variação cambial incorrida entre a data de registro inicial da transação e a data de liquidação ou apresentação das DFs é registrada no resultado do período. Em atendimento à legislação brasileira, as DFs individuais e consolidadas são apresentadas em reais, convertidas a partir das informações consolidadas preparadas na moeda funcional da Cia., que em 1º/01/2024 foi alterada para o dólar norte-americano.				
								Jaime Antônio Llopis Jueas - Presidente; Antonio Plano Campo - Diretor; Leonardo Matheus de Assunção - Contador - CRC-RJ 095250/O-0				
As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas e atualizadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.												
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-ditais-2025/												

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

NOVA ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ 05.589.462/0001-00

torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo EIS-PRO-2024/04248, a renovação de sua Licença Municipal de Instalação EIS-LMI-2024/00016 para OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS NA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS RUAS BERNARDO DE VASCONCELOS, AVENIDA SANTA CRUZ E RUA BARÃO DO TRIUNFO – REALENGO/RJ.

DINAMO CLUBE DE BENEFÍCIOS

CNPJ Nº 45.252.166/0001-33

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Sr. Luis Felipe Leckar Paes Ferreira, usando das atribuições que lhe confere as leis vigentes no país, convoca os interessados, em pleno gozo de seus direitos e deveres, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na Rua Camélias, S/N, Lote 1, Quadra 133, Parque Primavera, Itaguaí/RJ - CEP: 23.830-070, em 28 de novembro de 2025, às 09:00 horas em 1ª convocação, e às 09:30 horas, em 2ª convocação, independentemente do número de interessados presentes, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: (I) Renovação do Mandato da Diretoria Executiva (II) Alteração do Estatuto Social para a adequação à nova Lei Complementar 213/2025. Itaguaí/RJ, 18 de novembro de 2025. Luis Felipe Leckar Paes Ferreira - Presidente.

GOVERNO DO BRASIL

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.080/2025

A Pregoeira Debora Schmutzter Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.080/2025 no dia 02/12/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição e instalação de cortinas divisórias hospitalares em vinil (Contratação para aquisição de cortinas divisórias hospitalares em vinil, segundo critérios técnicos e exigências do INC listados no item 3 deste termo de referência. Altura das cortinas de 1,90 m a 2,10 m, sendo 0,50 m na parte superior em tela de poliéster. Largura em tamanhos variados, medindo de 2,45 m a 6 m., Contratação e instalação de trilhos com rebaixamento para cortina hospitalar e etc). Processo nº. 33409.005892/2025-68. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

ASSOCIAÇÃO DE VETERANOS DE ATLETISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

R. Professor Eurico Rabelo, SN – Portoão 11 - Maracanã – RJ - Tel.: 4101.9778

site - www.avatrj.com.br - E-mail: avatrjavatrj@gmail.com

Facebook: https://www.facebook.com/groups/245525898988704/

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 2025

ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO ALVARÁ PREFEITURA

A Presidente da AVATRJ – Associação de Veteranos de Atletismo do Estado do Rio de Janeiro, Marillette Oliveira Casale, conforme Capítulo VI – artigo 55 do Estatuto da AVATRJ, convoca todos os associados da entidade em dia com suas obrigações, sociais para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no dia 28 de Novembro de 2025, às 21 horas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 da totalidade dos associados em dia com suas obrigações, ou as 21h30min., em segunda convocação, com qualquer número de presentes. A reunião será realizada de forma VIRTUAL através da plataforma zoom para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Alteração do Endereço da Sede Fiscal 2. Alteração da inscrição Municipal e endereço do Alvará 3. Assuntos Diversos

Marillette Oliveira Casale

Presidente

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278

MAGUS SHOPPING CENTERS S.A. (Cia Fechada)														
CNPJ Nº 21.264.350/0001-35														
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: A Magus Shopping Centers S.A. apresenta suas DFs referentes aos exercícios de 2020 a 2024, refletindo a continuidade de sua estratégia voltada ao desenvolvimento e gestão de empreendimentos imobiliários. A Cia. manteve práticas contábeis alinhadas às IFRS e às normas brasileiras, preservando controles robustos e gestão conservadora de riscos. Os resultados do período foram influenciados por movimentos relevantes em investimentos, alienações, baixa de controlada e revisão de estimativas. A administração reforça seu compromisso com transparência, governança e sustentabilidade financeira. Mantemos foco na geração de valor aos acionistas e no desenvolvimento disciplinado de novos projetos.														
BALANÇO PATRIMONIAL - Em R\$														
BALANÇO PATRIMONIAL - Em R\$	N.E.	2024	2023	2022	2021	2020								
ATIVO		4.812.554	4.495.998	5.115.743	9.284.789	15.051.268								
CIRCULANTE		224.652	2.436.442	3.062.364	1.566.704	2.843.161								
Caixa e equivalentes de caixa	1.4	210.127	351.757	125.938	256.626	1.382.805								
Clientes	1.5	-	1.718.144	1.714.933	115.813	36.993								
Adiantamentos		10.500	10.500	10.500	10.500	10.500								
Impostos a recuperar	1.6	4.025	356.041	1.210.994	1.183.765	1.412.863								
NÃO CIRCULANTE		4.387.902	1.859.006	1.852.829	3.633.227	3.506.809								
Imobilizado		4.587.902	2.059.556	2.053.379	7.718.085	12.208.107								
Imobilizações		8.353	22.169	22.169	22.169	22.169								
(-) Depreciação		(5.401)	(16.193)	(15.615)	(13.249)	(10.884)								
Construções em andamento	1.8	4.384.950	1.853.031	1.846.275	3.624.307	3.495.525								
Investimentos		200.000	200.549	200.549	4.084.859	8.701.298								
Part. em outras empresas	1.8	200.000	200.549	200.549	4.084.859	8.701.298								
PASSIVO		4.812.554	4.495.998	5.115.743	9.284.789	15.051.268								
CIRCULANTE		761	59.654	187.321	622.850	1.228.889								
Fornecedores		-	-	-	-	301								
Empréstimos e Financiamentos		-	56.660	182.639	620.974	1.227.717								
Obrigações fiscais		323	2.585	4.301	1.870	864								
Salário e Encargos		438	409	381	5	7								
NÃO CIRCULANTE		748.757	289.038	290.586	291.184	2.192.823								
Partes Relacionadas	1.9	747.161	-	-	-	1.900.000								
Obrigações fiscais	1.6	-	289.038	289.038	289.038	289.038								
Receita Diferida		1.596	-	1.548	2.146	3.784								
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.0													
Capital social		7.545.783	7.545.783	7.545.783	11.345.783	11.345.783								
Reserva de Capital		-	15.236	15.236	15.236	15.236								
Reserva de lucro		(3.482.747)	(3.065.053)	(2.780.041)	(2.780.041)	478.759								
Lucros e prej acumulados		-	(348.661)	(143.143)	(210.223)	(210.223)								
		4.063.036	4.147.305	4.637.836	8.370.756	11.629.556								
Demonstração do Resultado do Exercício - Em R\$														
Demonstração do Resultado do Exercício - Em R\$	N.E.	2024	2023	2022	2021	2020								
Outras Receitas Operacionais		-	-	348.692	-	-								
Demais receitas	2.1	-	-	348.692	-	-								
Despesas Operacionais	2.2	(72.540)	(489.952)	186.390	(436.235)	(200.524)								
Pessoal, encargos e benefícios		(20.333)	(23.738)	(29.981)	(7.461)	(4.813)								
Serviços profissionais		(9.591)	(82.690)	(132.400)	(157.967)	(163.028)								
Impostos e Taxas		(2.901)	(317.257)	(8.387)	(270.712)	(9.792)								
Serviços de TI		(4.836)	(13.524)	(17.289)	(13.015)	(16.547)								
Resultado Financeiro		(29.484)	(9.748)	53.133	36.604	28.418								
Despesas Gerais e administrativas		(5.396)	(42.995)	(27.377)	(23.686)	(34.762)								
Receitas/Despesas Não Operacionais		(11.730)	(578)	(6.675)	(2.822.565)	(84.488)								
Ganho (perda) MEP	2.3	(8.705)	-	(4.309)	(2.820.200)	(68.633)								
Despesas Não Dedutíveis		(3.024)	(578)	(2.365)	(2.365)	(2.676)								
Depreciação - Amortização		(84.269)	(490.531)	179.716	(3.258.800)	(285.012)								
Prejuízo Antes do IR e C.S.		-	-	-	-	-								
IR	2.4	-	-	(82.291)	-	-								
C.S.	2.4	-	-	(30.345)	-	-								
Lucro ou (Prejuízo) Líquido		(84.269)	(490.531)	67.080	(3.258.800)	(285.012)								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em R\$														
Discriminação	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido									
Saldos em 31/12/19	11.345.783	15.236	478.759	74.790	11.914.568									
Lucro líquido do exercício				(285.012)	(285.012)									
Saldos em 31/12/20	11.345.783	15.236	478.759	(210.223)	11.629.556									
Lucro líquido do exercício				(3.258.800)	(3.258.800)									
Destinação Resultado				3.258.800	3.258.800									
Saldos em 31/12/21	11.345.783	15.236	(2.780.041)	(210.223)	8.370.756									
Lucro líquido do exercício				67.080	67.080									
Redução de Capital	(3.800.000)				(3.800.000)									
Saldos em 31/12/22	7.545.783	15.236	(2.780.041)	(143.143)	4.637.836									
Lucro líquido do exercício				(490.531)	(490.531)									
Destinação Resultado				285.012	285.012									
Saldos em 31/12/23	7.545.783	15.236	(3.065.053)	(348.661)	4.147.305									
Lucro líquido do exercício				(84.269)	(84.269)									
Baixa Investimentos		(15.236)	15.236											
Destinação Resultado			(432.930)	432.930										
Saldos em 31/12/24	7.545.783	-	(3.482.747)	-	4.063.036									
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Em R\$														
Discriminação	2024	2023	2022	2021	2020									
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.455.107	357.397	(1.557.060)	(291.322)	(1.645.324)									
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(84.269)	(490.531)	67.080	(3.258.800)	(285.012)									
Ajustes: Depreciações e amortizações	3.024	(578)	(2.365)	(2.365)	(2.676)									
Resultado de participações societárias	8.705	-	4.309	2.820.200	68.633									
Variação nas contas de ativo e passivo														
Aumento/diminuição de contas a receber	1.718.144	(3.211)	(1.599.119)	(78.821)	33.607									
Aumento/diminuição de Impostos a recuperar	352.017	854.953	(27.229)	229.099	90.083									
Aum./diminuição em obrigações trabalhistas e previdenciárias	29	28	376	(2)	-									
Aumento/diminuição em obrigações fiscais	(2.262)	(1.716)	486	1.006	(1.309)									
Aumento/diminuição em receitas diferidas	1.596	(1.548)	(598)	(1.639)	(1.031.172)									
Outros Passivos não circulantes	458.123	-	-	-	(517.478)									
Fluxos de caixa das atividades de investimento:	(2.540.076)	(5.599)	1.864.707	(228.114)	(497.185)									
Investimentos	(8.156)	-	-	-	-									
Parte Relacionadas	-	-	-	(1.900.000)	-									
Redução de Capital Social	-	-	(3.800.000)	-	-									
Investimentos, Imobilizado e intangível	(2.531.920)	(5.599)	5.664.707	1.671.886	(497.185)									
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:	(56.660)	(125.979)	(438.334)	(606.743)	1.227.717									
Aumento/diminuição Financiamentos	(56.660)	(125.979)	(438.334)	(606.743)	1.227.717									
Aumento/diminuição líquido de caixa e equiv. de caixa (=)	(141.629)	225.819	(130.688)	(1.126.179)	(914.791)									
Caixa e equivalentes de caixa - no início do ano	351.757	125.938	256.626	1.382.805	2.297.597									
(=) Caixa e equivalentes de caixa - no final do ano	210.127	351.757	125.938	256.626	1.382.805									
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS 31/12/20 A 31/12/24.														
1.1 Contexto Operacional: A MAGUS Shopping Centers S.A. tem como objeto social a participação em empreendimentos de qualquer natureza, principalmente empreendimentos imobiliários do tipo shopping center, participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como a prestação de serviços de desenvolvimento de shopping centers e comercialização de lojas. 1.2 Apresentação das DFs e principais práticas contábeis: 1.2.1 Declaração de conformidade: As DFs foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na														

TURISMO

Celso Sabino amplia confronto com partido e reafirma apoio a Lula

VERÔNICA DAMINELLI/AE

O ministro do Turismo, Celso Sabino, voltou a desafiar a direção partidária e assegurou sua permanência no governo Lula, afirmando que "não deve nada para ninguém" dentro do União Brasil. Suspenso da Executiva Nacional por se recusar a deixar o ministério após a ruptura da sigla com o Planalto, Sabino afirmou estar com a "consciência tranquila, limpa". Ele sustentou ainda que sua atuação na COP30 justifica a decisão de permanecer no cargo.

Para Sabino, o processo disciplinar que poderia resultar na sua expulsão, e que pode se arrastar por até 60 dias, não faria sentido "faltando menos de um ano para as eleições de 2026". Além disso, Sabino permanece com a disposição de seguir no governo. "Estou trabalhando pelo Brasil, pelo Pará e pela COP30, que não é uma simples reunião de condomínio", disse em entrevista nesta segunda-feira, 17, ao programa "Bom dia, Ministro", ao reforçar que não cometeu nenhuma irregularidade.

A crise de Sabino se intensificou após a federação União Progressista (União Brasil e PP) determinar que filiados deixassem suas pastas no governo Lula, sob risco de punição no último dia 18 de setembro. A avaliação dentro do partido é de que a situação se tornou insustentável após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dizer que Antonio Rueda, presidente do União Brasil, não gosta dele nem do governo.

Sabino, no entanto, ignorou o ultimato, foi afastado da direção partidária no Pará e passou a ser alvo de críticas internas, especialmente do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que o chamou de "traidor". O ministro respondeu minimizando

a acusação e ironizando o desempenho eleitoral do governador, afirmando que só pretende tratá-lo como adversário "quando ele atingir 1,5% nas pesquisas".

Mesmo pressionado, Sabino tem reforçado publicamente sua aliança com o presidente Lula. Durante agendas oficiais, inclusive em Belém, afirmou que nenhum partido vai afastá-lo do povo e que Lula pode contar com ele "onde estiver". Pré-candidato ao Senado pelo Pará, o ministro aposta na visibilidade política da COP30 para fortalecer sua base regional e argumenta que abandonar o ministério às vésperas do evento teria significado "interromper um trabalho essencial" para o país.

No debate sobre a organização da COP30, Sabino voltou a rebater críticas e atribuiu parte delas à "síndrome de vira-lata". Para ele, a conferência, que soma mais de 60 mil inscritos, está dentro da normalidade, e problemas como a explosão do preço das hospedagens foram corrigidos pelo próprio mercado. Segundo o ministro, há setores "procurando cabelo em ovo" e tentando associar falhas pontuais a questões políticas. "Isso é síndrome de vira-lata: achar que tudo o que funciona bem precisa estar lá fora", afirmou.

A posição de Sabino expõe o paradoxo vivido pelo ministro: enquanto mantém prestígio no governo - reforçado pela presidência do Conselho Executivo da ONU Turismo - enfrenta isolamento crescente dentro do partido e a possibilidade concreta de expulsão. Ainda assim, ele diz apostar na força do cargo e na centralidade da COP30 para sustentar sua trajetória política. No centro da disputa, a frase que repetiu várias vezes resume o momento e evidencia o racha com sua própria legenda: "Não devo nada para ninguém".

SIMPLICIDADE

Governo publica lei que torna comunicação pública mais clara

Começa a vigorar ontem a Política Nacional de Linguagem Simples. A Lei nº 15.263/2025 determina que a comunicação de poderes da União, voltados à população, seja feita de forma "clara, direta e acessível", de forma a fortalecer o direito à informação e à participação social.

Pela proposta, os órgãos da administração pública direta e indireta deverão adotar, nas suas comunicações, procedimentos para a transmissão objetiva de informações, com técnicas de linguagem simples na redação de textos dirigidos, de modo que as palavras, a estrutura e o leiaute (*layout*) da mensagem permitam ao cidadão facilmente encontrar a informação, compreendê-la e usá-la.

Entre os procedimentos estão a adoção da redação de fra-

ses em ordem direta, frases curtas; o uso de palavras comuns, de fácil compreensão; o uso de sinônimos de termos técnicos e de jargões ou explicá-los no próprio texto; evitar a utilização de palavras estrangeiras que não sejam de uso corrente e não usar termos pejorativos, entre outros.

De acordo com o Planalto, a nova legislação representa um avanço histórico na relação entre Estado e sociedade, ao colocar no centro das políticas públicas a compreensão das cidadãs e dos cidadãos, inclusive pessoas com deficiência e comunidades tradicionais.

A lei define padrões que todos os órgãos e entidades públicas deverão seguir na redação de comunicados, formulários, orientações, portais de serviços e qualquer outro conteúdo dirigido à população.

Nota

MOTTA MANTÉM VOTAÇÃO DO PL ANTIFACÇÃO MESMO COM CRÍTICAS DO GOVERNO

Mesmo com críticas do governo federal, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), manteve a votação do substitutivo do projeto de lei (PL) Antifacção para esta terça-feira. "O projeto aumenta as penas para integrantes de facções e dificulta o retorno às ruas, também cria e integra os Bancos Nacional e Estaduais de Dados sobre as Organizações Criminosas. Vamos em frente com responsabilidade e a urgência que o tema requer", afirmou Motta,ontem, em rede social. Existe a expectativa de o relator, deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP), apresentar um novo texto antes da votação, que será a quinta versão do substitutivo em pouco mais de uma semana.

180 DIAS

CPMI pede suspensão da cobrança de consignado

LEVY TELES/AE

O presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (**foto**), quer que se avalie a suspensão por seis meses da cobrança em operações de empréstimo consignado do INSS. O senador disse ontem, que vai encaminhar aos órgãos competentes, como o Banco Central, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o INSS, todas as informações preliminares que a CPMI já identificou sobre irregularidades.

"Aposentado pagando por empréstimo que não fez. Conta aberta sem autorização. Adiantamento compulsório. Renda destruída. Por isso recomendo que seja avaliada a suspensão temporária de 180 dias nos consignados. Durante esses 180 dias, os bancos não poderão descontar nenhuma parcela no benefício. É proteção, não privilégio", escreveu Viana em publicação na rede social X.

Em outra publicação em rede social, Viana disse que o pedido de pausa por 180 dias é uma "medida de proteção".

"É apenas uma pausa emergencial para proteger quem está sendo prejudicado por fraudes. É uma medida de proteção, não de punição. É justiça com quem trabalhou a vida inteira. E a CPMI



JOSE CRUZ/ABRASIL

seguirá firme até corrigir todas essas irregularidades", disse.

Como mostrou o Estadão em setembro, o relator da CPMI do INSS, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), afirmou que pretende investigar suspeitas relacionadas a empréstimos consig-

nados oferecido por bancos.

Segundo ele, as fraudes com consignados podem chegar a R\$ 70 bilhões, caso o montante de adesões não autorizadas feitas por associações de aposentados tenha sido replicado por bancos. O valor é dez vezes maior que o

rombo mapeado até agora com as associações, entre 2016 e 2025.

Tanto Gaspar quanto Viana pretendem direcionar o foco para o consignado na próxima fase da CPMI, que terá início no próximo ano.

O mercado das "usinas de baterias": quando o armazenamento de energia vira um negócio lucrativo

POR BÁRBARA SOUZA

No Brasil, a transição energética não se resume apenas à expansão das fontes renováveis como solar e eólica, mas já está ganhando uma nova dimensão comercial: o armazenamento de energia por baterias. Esse negócio, que é muitas vezes descrito como "usinas de baterias", cresce rapidamente e se consolida como uma das apostas mais promissoras para investidores. De acordo com a consultoria Greener, esse segmento pode atrair até R\$ 22,5 bilhões de investimentos até 2030, com a demanda por componentes para sistemas de armazenamento doméstico crescendo 89% em 2024.

Apesar das oportunidades, o setor ainda convive com desafios: um dos mais relevantes é a carga tributária sobre os sistemas de bateria, que segundo especialistas representa cerca de 79% do custo total desses equipamentos no país. Mesmo assim, empresas brasileiras já estão construindo negócios inteiros em torno dessas soluções. Um exemplo é a Tecnogera, tradicional em locação de geradores, que passou a oferecer sistemas de armazenamento e baterias para indústrias que buscam garantir autonomia e confiabilidade de energia sem depender só da rede elétrica.

Entre os grandes players, há também empresas que enxergam no armazenamento energético uma nova linha estratégica. A Petrobras, por exemplo, já estuda participar de leilões dedicados a baterias para armazenamento estacionário, com o objetivo de diversificar seu portfólio para além do petróleo. Por outro lado, associações do setor projetam que o Brasil poderia alcançar até 25 GW de capacidade instalada em armazenamento por baterias até 2030, se regulatórios e incentivos acompanharem o ritmo.

O apelo para investidores é claro: baterias permitem guardar a energia gerada nos momentos de pico de produção, co-



PEXELS

mo durante o dia, no caso da solar, e liberá-la quando a demanda sobe, aumentando a eficiência do sistema elétrico e reduzindo custos com térmicas. Segundo a Greener, a confiabilidade é um dos principais motivadores dessa migração, especialmente para consumidores que sofrem com quedas de energia ou interrupções prolongadas.

Do ponto de vista macroeconômico, o mercado de armazenamento por baterias pode se tornar um canal relevante para capital estrangeiro. Uma consultoria já estimou que o Brasil poderia atrair até US\$ 12,5 bilhões por ano para esse setor se houver incentivos adequados.

Enquanto isso, estimativas da Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (ABSAE) apontam para um mercado que poderia movimentar R\$ 77 bilhões até 2034, com cerca de 72 GWh de capacidade instalada em baterias. Esse tipo de previsão já alavanca startups, fundos de infraestrutura e grandes companhias para apostar no segmento como um novo ativo estratégico, não apenas para garantir estabilidade energética, mas também para monetizar essa estabilidade em modelo de negócio.

Por isso o armazenamento por baterias no Brasil está deixando de ser um conceito técnico ou de nicho, para se tornar um empreendimento. Com regulação mais clara e incentivos corretos, essa aposta pode redefinir totalmente a economia da eletricidade nos próximos anos.

PL ANTIFACÇÃO

Governistas querem barrar destaques sobre terrorismo

VICTOR OHANA
E PEPITA ORTEGA/AE

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ) (**foto**), afirmou que haverá uma "articulação ampla" e uma "estratégia" contra a intenção da bancada do Partido Liberal de apresentar um destaque ao "PL Antifacção" que retome a inclusão das facções criminosas na Lei Antiterrorismo. As declarações ocorreram ontem, em coletiva de imprensa na Câmara dos Deputados.

"Quanto ao terrorismo, a gente quer fazer uma articulação ampla para derrotar esse destaque", declarou Lindbergh. "Eu acho que a gente tem votos para derrotar esse tema do terrorismo. Vamos lutar para isso."

Lindbergh acrescentou: "O fato é que esse tema do terrorismo é central. A gente vai ter uma estratégia, a construir com partidos do centro, para derrotar esse destaque na hora da votação". O líder do PT também disse que a bancada está pronta para votar o projeto nesta terça-feira, 18, mas reivindicou que o relator, Guilherme Derrite (PP-SP), apresente o seu 5º parecer com antecedência.



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Durante a coletiva, Lindbergh disse que a "única solução" para a aprovação do projeto seria a troca do relator para um deputado "neutro" e o adiamento da discussão. O petista disse que, em sua opinião, Derrite "perdeu as condições" de continuar na relatoria

"Eu continuo com a opinião

de que, se o presidente Hugo Motta quisesse corrigir essa confusão toda, essa bagunça, ele conversaria com o relator Derrite, explicaria as motivações, e escolheria outro relator", disse o líder do PT.

Na ocasião, Lindbergh voltou a dizer que os pontos centrais para o governo neste mo-

mento são a retomada de recursos para fundos da segurança pública e da Polícia Federal, a reintrodução do mecanismo de perdimento extraordinário e a tipificação penal de facção criminosa. O líder do PT disse ainda que "governadores de extrema-direita" querem tirar poderes da PF.

COP30

Alckmin: Temos de trabalhar para reduzir emissão de gases poluentes

CRISTINA CANAS, KARLA SPOTORNO, RENAN MONTEIRO/AE

O vice-presidente brasileiro e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que todos temos o dever ético de apoiar a redução dos gases de efeito estufa. "Temos dever ético de trabalhar

mos para reduzir a emissão de gases poluentes", afirmou Alckmin após assinatura do programa Coopera + Amazônia no estande do BNDES, na zona verde da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

Alckmin disse que apoiar o cooperativismo através do programa Coopera + Amazônia é

extremamente importante para melhorar a renda das pessoas. "O grande trabalho a ser feito é melhorar a renda das famílias na floresta amazônica", disse.

"O programa vai ser feito com as cooperativas e nas cadeias produtivas da região", disse. O programa vai contemplar as cadeias de açaí, da castanha-do-

Brasil, do babaçu e do cupuaçu da Amazônia Legal.

Alckmin lembrou que a última ordem do governo americano reduziu em 10% as tarifas para importação de muitos desses produtos. "Para a castanha com casca e para o suco de laranja, os Estados Unidos zeraram a tarifa", lembrou Alckmin.

CÚPULA DE LÍDERES

Premiê alemão Friedrich Merz diz que ficou feliz ao ir embora de Belém

O chanceler alemão, Friedrich Merz, comparou o Brasil com a Alemanha durante um discurso no Congresso Alemão do Comércio no último dia 13 e disse que jornalistas alemães que o acompanharam na Cúpula dos Líderes, que antecedeu a COP30, realizada em Belém, ficaram felizes de ir embora da cidade.

"Senhoras e senhores, vivemos em um dos países mais belos do mundo. Na semana passada, perguntei a alguns jornalistas que estavam comigo no

Brasil: 'Quem de vocês gostaria de ficar aqui?' Ninguém levantou a mão. Todos ficaram felizes por termos retornado à Alemanha daquele lugar que tínhamos acabado de visitar", disse Merz.

O discurso de Merz foi transmitido no YouTube e transcrito na página oficial do governo federal alemão.

Em Belém, o premiê alemão teve um encontro bilateral com o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 7. Em nota à imprensa, divulgada após o encontro, o Palácio do

Planalto chegou a declarar que o "chanceler Merz parabenizou o presidente Lula pela liderança na COP30, elogiou a organização e a infraestrutura do evento, e disse que a escolha de Belém como sede foi um acerto."

Após o encontro entre Lula e Merz, o governo da Alemanha anunciou que iria investir um montante "considerável" no Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), mas sem anunciar o valor, o que frustrou as expectativas de Lula. A iniciativa, que prevê

criar um fundo para remunerar por hectares de floresta preservados, é a principal aposta do Brasil na Cúpula do Clima da ONU (COP-30).

O primeiro-ministro alemão afirmou ser certo o aporte do país europeu no TFFF, mas destacou que a definição do valor depende de acordo com sua coalizão - o que não tem data para ocorrer. Merz disse em Belém que os políticos da coalizão ainda precisam entender melhor o funcionamento do TFFF.

MEIO AMBIENTE

COP30: Lula viajará a Belém para negociações finais da conferência

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva viaja amanhã, a Belém para a reta final de negociações da COP30, apurou o Grupo Estado. A agenda do petista na capital do Pará ainda está sendo definida.

A COP30 vai até a sexta-feira. Os negociadores estão na reta final de discussão sobre a declaração que será divulgada ao término do evento.

Lula deve voltar a Brasília ainda na quarta-feira. Será

uma semana de várias viagens do chefe do Executivo. Hoje, viaja ao Tocantins, onde participa da inauguração de uma ponte que liga o Estado ao Pará. O petista retorna a Brasília na própria terça, onde terá despachos rotineiros à tarde.

Na quinta-feira, viaja a São Paulo para participar de um evento da Semana do Automóvel, no Anhembi, à noite. Ao fim de sua participação, vai direto a Johannesburg, na própria quinta à noite.

RAMAPHOSA

Lula liga para presidente da África do Sul e marca reunião às margens do G20

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, telefonou para o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, nesta segunda-feira, para conversar sobre as iniciativas sul-africanas à frente do G20. A África do Sul realiza, no fim de semana, a cúpula do G20, quando encerra seu ciclo à frente do grupo.

A Secretaria de Comunicação Social informou, em nota divulgada nesta segunda, que "os dois líderes conversaram sobre as prioridades da presidência sul-africana do G20 para a Cúpula de Líderes que será realizada nos próximos dias 22 e 23 de novembro".

A ligação durou cerca de 40 minutos e Lula "reiterou o apoio do Brasil às iniciativas da África do Sul no âmbito do G20, em particular o trabalho

do Grupo de Especialistas em Desigualdade, presidido pelo prêmio Nobel Joseph Stiglitz", disse a Secom.

"Destacou, nesse contexto, o apoio brasileiro à criação de um Painel Internacional sobre Desigualdade, com capacidade de assessoramento técnico sobre a matéria, semelhante ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas", afirmou o governo brasileiro.

Lula parabenizou Ramaphosa pelo seu aniversário nesta segunda. O presidente sul-africano completou 73 anos hoje. Os dois combinaram realizar uma reunião bilateral no fim de semana, quando Lula estará em Joanesburgo para a cúpula do G20.

Na oportunidade, disse a Secom, os dois vão tratar "especificamente da facilitação e do aprofundamento do comércio entre os dois países".

MACONHA

STJ adia prazo para regulamentação do plantio de cannabis

FELIPE PONTES/ABRASIL

Por unanimidade, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) adiou mais uma vez, até 31 de março do ano que vem, o prazo para que a União e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) regulamentem a importação de sementes e o plantio de cannabis para fins medicinais e científicos no país.

Os ministros atenderam a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que no último dia do prazo mais recente, em 30 de setembro, pediu ao STJ um novo adiamento. O prazo original previa que a regulamentação deveria ter sido concluída em junho.

A União e a Anvisa alegaram ser necessário mais tempo, pois o trabalho envolve uma equipe multidisciplinar e interministerial ampla, com fases de validação para que se possa concluir a redação de uma minuta de portaria que regulamente a importação de sementes, o cultivo, a industrialização e a comercialização de cannabis com baixo teor de THC.

"São muitas as questões - profundas e tecnicamente relevantes - a serem ainda enfrentadas e superadas, para que a proposta de regulamentação seja efetiva e abrangente das atividades necessárias à garantia da segurança à saúde", escreveu a AGU no pedido. A relatora do caso, ministra Regina Helena Costa, reconheceu que se trata de um processo "estrutural", que por isso demanda maior flexibilidade em sua condução. Ela

também reconheceu não haver má-fé do governo ou da Anvisa, que demonstraram boa-vontade em fazer avançar a questão.

"Diversamente, a articulação de representantes das entidades para, de forma diligente e coordenada, reconhecer a inviabilidade da entrega das fases finais do planejamento até a data limite então fixada, propondo, ato contínuo, um calendário sob sua ótica exequível, denota a intenção de preservar a sinalização positiva até agora praticada de, efetivamente, atender à ordem judicial, não obstante as dificuldades envolvidas", escreveu a ministra. Ela foi seguida por todos os demais ministros da Primeira Seção, que julga um Incidente de Assunção de Competência (IAC), tipo de processo cujo resultado vincula as demais instâncias da Justiça, que devem necessariamente seguir o entendimento do STJ.

ENTENDA

Em novembro de 2024, o STJ decidiu que a Lei das Drogas não alcança as espécies de cannabis com concentrações muito baixas de tetrahidrocannabinol (THC), princípio ativo da planta que causa efeitos entorpecentes. Com isso, os ministros deram autorização a uma empresa que recorreu ao STJ para conseguir importar sementes de cannabis com baixo teor de THC e alto teor de canabidiol, composto que não possui efeitos entorpecentes, mas traz benefícios medicinais cada vez mais comprovados pela ciência.

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Chanceleres do Brasil e do Paraguai concordaram em retomar, na primeira quinzena de dezembro, as negociações sobre a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, com base no Entendimento Bilateral de abril de 2024. O anúncio foi feito ontem em nota conjunta.

De acordo com o comunica-

do, o chanceler brasileiro Mauro Vieira e o chanceler paraguaio Rubén Ramírez Lezcano se reuniram ao longo da manhã a fim de analisar a agenda bilateral.

Durante o encontro, Vieira entregou a Ramírez Lezcano um relatório confidencial e apresentou esclarecimentos solicitados pelo governo vizinho a respeito de ações da Agência Brasi-

leira de Inteligência (Abin) em território paraguaio no período de junho de 2022 a março de 2023.

"Recordou que o governo do presidente Lula tornou sem efeito a operação tão logo dela tomou conhecimento. Ao lamentar o impacto desse episódio na relação bilateral, assegurou que o governo brasileiro está tomando todas as medidas para possi-

bilitar a identificação dos envolvidos e sua responsabilização judicial", destacou a nota.

"O ministro Ramírez Lezcano recebeu o relatório confidencial e as explicações oferecidas por seu homólogo e, após um intercâmbio de pontos de vista, manifestou que o governo paraguaio dava por concluído o assunto", completou o comunicado.

SAÚDE

Inca ganha primeiro centro de treinamento em cirurgia robótica

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

O primeiro centro de formação em cirurgia robótica do Sistema Único de Saude foi inaugurado ontem pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), no Rio de Janeiro. A expectativa é formar 14 novos profissionais por ano, com dupla titulação em sua área médica e em cirurgia robótica, além de impulsionar novas pesquisas.

As cirurgias robóticas são minimamente invasivas e permitem ao cirurgião realizar movimentos com maior precisão e ampliar, em até dez vezes, o seu campo visual. Por isso, reduzem o risco de complicações, a dor e o tempo de recuperação dos pacientes.

Desde 2012, o INCA realiza cirurgias robóticas de forma pioneira no SUS, com mais de 2 mil procedimentos realizados nas especialidades de urologia, ginecologia, cabeça e pescoço, abdome e tórax. Agora, o novo Centro de Treinamento e Pesquisa em Robótica vai ampliar a capacidade de formação médica e pesquisa aplicada do Instituto, que é a principal referência em câncer do Brasil.

Um dos principais usos da cirurgia robótica no tratamento oncológico é a prostatectomia robótica, cirurgia de remoção parcial ou total da próstata, após o diagnóstico de câncer. Recentemente, o procedimento foi incorporado no Sistema Único de Saúde e, de acordo com o diretor-geral do Inca, Roberto Gil, o novo Centro de Treinamento e Pesquisa em Robótica, vai auxiliar na implementação da nova tecnologia pelo país.

“Antigamente, você tinha que ir para o exterior e tentar essa capacitação. Isso significa que a gente tem capacidade de capilarizar e disseminar esse procedimento, com médicos certificados por todo o território brasileiro. É um processo gradativo”.

MAIS MATANÇA

Rio tem quase 14 mil barreiras e Castro fará operação em 11 cidades

ROGÉRIO SANTANA/GOVERNO DO ESTADO



O governador Cláudio Castro (foto) apresentou ontem, a Operação Barricada Zero - um dos focos do governo do Rio, após a megaoperação nos complexos do Alemão e da Penha contra o Comando Vermelho. De acordo com o governo do Estado, foram mapeadas 13.604 barreiras.

As operações para a retirada de barreiras em vias públicas já começaram no último dia 10. Equipes do 31º BPM (Recreio) fizeram uma operação para a retirada de barricadas em comunidades da zona sudoeste do Rio.

Uma semana depois, nesta segunda-feira, Castro anun-

Um dos grandes trunfos do novo centro é o novo robô Da Vinci XI, equipamento com três consoles cirúrgicos e um simulador de realidade virtual, o que possibilita que os cirurgiões sejam treinados com segurança em um ambiente realista.

O Instituto precisou fazer adaptações em seu edifício para a passagem do equipamento, que teve que ser içado até o andar onde foi instalado. O novo centro também é certificado pela fabricante do robô, o que garante formação oficial aos cirurgiões especializados.

PESQUISA E INOVAÇÃO

Durante a cerimônia de inauguração do centro, o Inca também apresentou dois projetos de pesquisa que buscam avançar na detecção precoce do câncer de próstata, tipo de neoplasia mais incidente entre os homens, com quase 72 mil novos casos estimados por ano, no Brasil. As duas pesquisas estão sendo desenvolvidas com o suporte do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Proton).

Uma deles é uma pesquisa genética somática, que vai analisar amostras de lesões de 980 pacientes, em busca de “estruturas que possam dar um diagnóstico mais correto”, explica o chefe do setor de Urologia do Inca, Franz Campos.

“Esses pacientes serão acompanhados por pelo menos três anos à procura de marcadores moleculares que possam influenciar no rastreamento, diagnóstico e tratamento do câncer de próstata, pensando em uma medicina de precisão”, complementa.

A segunda pesquisa vai fazer o sequenciamento genético completo de cerca de 3 mil pacientes com câncer, de baixo ou alto grau, e com hiperplasia protástica, condição benigna em que há aumento do órgão. O objetivo é identificar possíveis mutações somáticas relacionadas ao câncer.

REFERENDO

Equador rejeita instalar bases militares estrangeiras

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Os eleitores do Equador rejeitaram, no domingo passado, as quatro perguntas propostas pelo atual presidente de direita do país, Daniel Noboa.

Entre elas, havia uma pergunta para autorizar a instalação de bases militares estrangeiras no país e outra sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte para reescrever a carta magna do Equador.

As outras duas perguntas rejeitadas pela população pediam o fim dos repasses para financiamento público dos partidos políticos e a redução de 151 para 73 do número de parlamentares da Assembleia Legislativa equatoriana.

Com mais de 91% das urnas apuradas, 60,65% dos eleitores que foram às cabines de votação rejeitaram a proposta de instalar bases militares estrangeiras no Equador. Em contrapartida, 39,35% votaram favoráveis às bases estrangeiras.

Após o resultado, o presidente Noboa disse que respeitaria a vontade do povo equatoriano.

“Nosso compromisso não muda, se fortalece. Continuaremos lutando incansavelmente pelo país que vocês merecem, com as ferramentas que temos à nossa disposição”, comentou

em uma rede social.

A atual Constituição do país, promulgada em 2008, proibiu a instalação de bases militares estrangeiras dentro do território equatoriano, forçando a saída dos militares dos Estados Unidos (EUA) da cidade litorânea de Manta, em 2009.

O presidente direitista Daniel Noboa vinha defendendo a necessidade de instalar bases dos EUA no país para ajudar no combate ao narcotráfico. No início de novembro, Noboa recebeu a secretária de Segurança Nacional dos EUA, Kristi Noem, para uma visita a Manta.

Durante o encontro, o ministro da Defesa do Equador, Carlo Loffredo, afirmou que quando o crime não conhece fronteiras, as estratégias contra os criminosos “tampouco devem conhecer fronteiras”.

“O foco desta cooperação é em recursos e equipamentos tecnológicos, dos quais o Equador ainda carece”, disse Loffredo em comunicado divulgado pelo próprio governo, que tem se aproximado cada vez mais da Casa Branca sob Donald Trump.

OPOSIÇÃO COMEMORA

A presidente do Partido Revolução Cidadã, da oposição, Luisa González, afirmou que o país disse não à Noboa.

“Os equatorianos disseram

que não querem bases militares em seu território a Noboa, que não representa o povo equatoriano, mas os Estados Unidos. Disseram não também à mentira e manipulação”, comentou, em entrevista coletiva, após os resultados.

Para a oposição de esquerda, a medida viola a soberania equatoriana e abre espaço para maiores interferências de Washington na política interna do país sul-americano.

CONSTITUINTE

Por 61,65% dos votos contra 38,35%, os equatorianos ainda rejeitaram a consulta popular proposta pelo presidente Daniel Noboa para realizar nova assembleia constituinte.

O presidente queria reescrever a Constituição alegando que a atual Carta Magna protegeria criminosos. Por outro lado, a oposição acusa Noboa de usar a violência como pretexto para destruir direitos sociais conquistados nos últimos anos e previstos na Constituição.

A atual Constituição foi promulgada após o partido Revolução Cidadã, de esquerda, chegar ao poder em 2007 com Rafael Correa. O governo Correia fez parte da chamada maré rosa de governos progressistas que chegaram à Presidência em diversos países na América Latina na

primeira década dos anos 2000.

CRISE NO EQUADOR

O país, de cerca de 18 milhões de habitantes, tem vivido, nos últimos anos, uma crise na área de segurança pública causada, entre outros motivos, pelas alterações nas rotas do tráfico de drogas.

Entre 2019 e 2024, os homicídios aumentaram 588%, tornando o Equador um dos países mais violentos da América Latina. Ao menos desde 2021, o Equador é sacudido por rebeliões, motins e guerras entre facções do crime organizado.

Menos de três meses após Noboa assumir o governo, o presidente declarou o país em conflito armado interno, classificando os grupos criminosos como terroristas e ampliando os poderes dos militares na segurança pública.

As medidas resultaram no aumento das denúncias de torturas, execuções e prisões arbitrárias no país.

Após cumprir mandato temporário de 18 meses, Noboa foi reeleito presidente do país em fevereiro deste ano, com a oposição acusando fraude eleitoral.

Noboa havia prometido endurecer o combate ao crime, em estratégia apontada por especialistas como similar à do presidente de El Salvador, Nayib Bukele.

CRISE DIPLOM

Japão envia caças para Taiwan após identificar drone chinês na região

GEOVANNA HORA/AE

O Ministério da Defesa do Japão anunciou ontem, que enviou caças da Força Aérea de Autodefesa do Japão para uma região próxima a Taiwan após identificar um drone chinês que sobrevoava a área entre a ilha japonesa de Yonaguni e o território taiwanês no sábado passado.

O anúncio ocorre em um momento de tensão entre Tóquio e Pequim, que começou há 10 dias, quando a primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, eleita há menos de um mês, afirmou que um bloqueio naval ou outras ações da China contra Taiwan poderiam justificar uma resposta militar japonesa.

"Se envolver o uso de navios de guerra e ações militares, poderá, sem dúvida, tornar-se uma situação de risco de vida", disse Sanae em depoimento à uma comissão parlamentar no dia 7 de novembro.

Após a repercussão da fala, a primeira-ministra recusou-se a fazer uma retratação, mas disse aos parlamentares que evitaria falar sobre cenários específicos no futuro. Sanae é apoiadora de

Taiwan e vê a China como uma ameaça crescente. Ela, inclusive, ordenou a aceleração dos planos para aumentar os gastos militares do Japão.

A reação chinesa aos comentários foi negativa. O cônsul-geral da China em Osaka, Xue Jian, disse no dia 8 de novembro em uma publicação no X que "o pescoço sujo que se intromete deve ser cortado". A publicação foi apagada, após ser vista como uma acusação de que Sanae tivesse interferido em algo que a China considera como um assunto interno. O ministro das Relações Exteriores do Japão, Toshimitsu Motegi, classificou a publicação como "extremamente inadequada".

Na última quinta-feira, o Ministério das Relações Exteriores da China convocou o embaixador do Japão para adverti-lo contra qualquer interferência em Taiwan. No dia seguinte, o Ministério das Relações Exteriores do Japão convocou o embaixador da China em Tóquio para reclamar da publicação de Jian.

Na sexta-feira, a Embaixada da China no Japão recomendou que os cidadãos chineses evitassem visitar o território japonês.

"Recentemente, líderes japoneses fizeram declarações abertamente provocativas sobre Taiwan, o que prejudicou seriamente o ambiente para o intercâmbio entre os povos", afirmou a embaixada em uma publicação no X.

"O Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada e Consulados da China no Japão alertam solenemente os cidadãos chineses para que evitem viajar ao Japão em um futuro próximo", disse. "Os cidadãos chineses que já se encontram no Japão devem monitorar atentamente a situação de segurança local, estar atentos às precauções de segurança e reforçar sua autoproteção."

Cerca de 7,5 milhões de turistas chineses visitaram o Japão nos primeiros nove meses deste ano, o maior número entre todos os países e cerca de um quarto do total de turistas.

Em resposta ao posicionamento chinês, o secretário-chefe do Gabinete do Japão, Minoru Kihara, disse no sábado que o apelo de Pequim é "incompatível com a promoção de uma relação estratégica e mutuamente benéfica".

PRESSÃO MILITAR

Trump diz que pode conversar com Maduro em meio à crise

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou no último domingo, que pode "ter algumas conversas" com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Seria uma possível via diplomática enquanto os EUA reforçam ainda mais sua presença militar perto do país sul-americano com a chegada à região do maior porta-aviões do mundo, o USS Gerald R. Ford.

Trump não ofereceu detalhes sobre as possíveis conversas com Maduro, mas disse que "a Venezuela gostaria de conversar".

Os militares dos EUA têm realizado uma série de ataques contra embarcações suspeitas de transportar drogas. A chegada do USS Gerald R. Ford e de outros navios de guerra, anunciada pela Marinha em um comunicado, marca um momento importante no que o governo insiste ser uma operação antidroga, mas que tem sido vista como uma tática de pressão crescente contra Maduro.

Quando questionado no domingo sobre o que queria dizer quando afirmou que Maduro

quer conversar, Trump simplesmente respondeu: "O que isso significa? Me diga você, eu não sei". "Conversarei com qualquer pessoa", acrescentou alguns instantes depois. "Veremos o que acontece."

O governo da Venezuela não respondeu imediatamente a um pedido de comentário da Associated Press. Maduro, que enfrenta acusações de narcoterrorismo nos EUA, afirmou que o governo americano está "fabricando" uma guerra contra ele.

O porta-aviões Ford comple-

ta o maior reforço de poderio militar dos EUA na região em gerações. Com sua chegada, a "Operação Lança do Sul" inclui quase uma dúzia de navios da Marinha e cerca de 12 mil marinheiros e fuzileiros navais.

A chegada do porta-aviões coincidiu com o anúncio, por parte dos militares, de seu mais recente ataque mortal contra uma pequena embarcação que, segundo eles, transportava drogas ilegais. O Comando do Sul dos EUA publicou um vídeo na rede social X no domingo mostrando a embarcação sendo explodida, um ataque que, segundo eles, ocorreu no sábado em águas internacionais do Pacífico e matou três homens. Os militares não responderam imediatamente a um pedido de mais informações.